

---

## *Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material*

*Ethnoarchaeology: an archaeocological perspective to the study of material culture*

***Fabiola Andréa Silva\****

---

**Resumo:** A etnoarqueologia é uma especialidade da arqueologia que estuda as sociedades contemporâneas e sua relação com o mundo material. É abordado o seu desenvolvimento como disciplina, ressaltando o debate em torno da relação entre etnoarqueologia e analogia etnográfica. Destaco que a etnoarqueologia não deve ser entendida como analogia, mas como um campo investigativo que visa a trazer referenciais etnográficos como subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de “arqueologia do presente”.

**Palavras-chave:** Etnoarqueologia. Analogia etnográfica. Interpretação arqueológica.

**Abstract:** The ethnoarchaeology is a specialty of archeology that studies contemporary societies and their relationship with material world. It approached its development as a discipline, highlighting the debate around the relationship between ethnoarchaeology and ethnographic analogy. Ethnoarchaeology highlight that should not be construed as an analogy, but as an investigative field that aims to bring ethnographic references as subsidy to archaeological interpretations about the past and, at the same time, as an opportunity to “Archeology of the present”.

**Keywords:** Ethnoarchaeology. Ethnographic analogy. Archaeological interpretation.

---

\* Docente e Pesquisadora no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista de Produtividade do CNPq – P2. *E-mail:* faandrea@usp.br.



A etnoarqueologia é uma especialidade da arqueologia que estuda sociedades contemporâneas para testar hipóteses, formular modelos interpretativos e teorizações sobre a relação entre as pessoas e o mundo material. Ela surgiu da prática arqueológica de utilizar o dado etnográfico para embasar interpretações sobre os contextos arqueológicos e foi desenvolvida no contexto dos debates sobre o modo como as interpretações deveriam ser conduzidas, sobre o refinamento dos procedimentos de obtenção de dados etnográficos pelos próprios arqueólogos e da ampliação dos temas de pesquisa. (KRAMER, 1979; GOULD, 1980; KENT, 1987; BINFORD, 1991; THOMPSON, 1991; DAVID, 1992; STARK, 1993; HEGMON, 2000; ROUX, 2007; RUIBAL, 2009).



Desde o fim do século XV, com a descoberta do Novo Mundo e o encontro com a diversidade de outras populações, o uso do dado etnográfico já apresentava importância nas interpretações dos vestígios arqueológicos, ou seja, antes mesmo de a arqueologia existir como disciplina científica. (CHARLTON, 1981). Inicialmente, a observação desses povos e da sua cultura material estimulou a investigação dos contextos arqueológicos europeus, tomando por referência os contextos etnográficos americanos. O uso do dado etnográfico sob uma analogia geral e direta permitiu interpretar o modo de vida das antigas populações (pré-históricas) europeias como similares às populações do Novo Mundo. (TRIGGER, 1992). Essa comparação ficou mais sistemática nos séculos XVIII e XIX, sob a expansão neocolonialista e o desenvolvimento do evolucionismo, quando as “novas populações descobertas” foram interpretadas como estando em estágios culturais remanescentes do passado a partir do pressuposto de que elas teriam sofrido poucas transformações ao longo do tempo. (TRIGGER, 1992).

Na passagem do século XIX para o XX, o evolucionista virou alvo de críticas com o desenvolvimento do difusionismo, do relativismo cultural e do particularismo histórico. A possibilidade de realizar analogias etnográficas generalizadas para compreender os povos do passado foi questionada e, desde então, somente as comparações entre populações historicamente relacionadas foram consideradas antropológicamente corretas. O antievolucionismo, associado ao antirracismo e ao pressuposto particularista de que cada cultura devia ser entendida em seus próprios termos, redirecionou a perspectiva da arqueologia e diminuiu o interesse pelo dado etnográfico e pela analogia como recurso interpretativo até meados do século XX. (TRIGGER, 1992).



A ênfase dos estudos arqueológicos passou à classificação tipológica e estilística dos conjuntos artefatuais que foram interpretados como representando a distribuição geográfica e a cronológica dos povos do passado, numa tentativa de relacionar cultura material o grupos étnicos. Os achados arqueológicos não foram mais analisados como estágios evolutivos, mas como variações regionais de caráter histórico e étnico. A continuidade nos conjuntos arqueológicos passou a ser explicada pelo contato e a interação entre indivíduos, entre diferentes populações e as mudanças, como o produto da distância entre os mesmos ou de diferentes processos de difusão e migração. (JONES, 1997).

Essa perspectiva foi alterada com o desenvolvimento do estrutural-funcionalismo britânico, que influenciou sobremaneira o pensamento arqueológico. Nesse novo contexto científico, o enfoque histórico-cultural passou a ser considerado ineficiente para explicar o funcionamento e as transformações das sociedades pré-históricas. Os vestígios arqueológicos passaram a ser estudados como integrantes de um sistema cultural e, nesse sentido, a sua tipologia e a filiação cultural/étnica deixaram de ser os principais objetivos da pesquisa. Tentou-se entender o processo de produção e utilização da cultura material, bem como a relação existente entre as populações arqueológicas e o ambiente. Abandonou-se a ênfase na relação cultura material e etnicidade, substituindo-a pelo objetivo de entender como viviam as sociedades do passado.

Isso levou à retomada da busca de paralelos etnográficos na década de 60 (séc. XX). (TRIGGER, 1992). Foi um momento para debater a teoria e a prática sobre o uso da analogia etnográfica na interpretação arqueológica, com crítica ao modo como os evolucionistas lançaram mão do dado etnográfico em suas interpretações sobre o passado pré-histórico. Houve uma renovação na maneira de conduzir o raciocínio analógico e, com isso, se inicia de fato a consolidação de um campo de pesquisa etnoarqueológico na arqueologia.

### **Etnoarqueologia é ou não é analogia?**

Para Ascher (1961), a crítica aos evolucionistas dividiu a estratégia interpretativa em duas categorias de comparação: 1) analogia histórica direta; e 2) analogia geral, ou nova analogia. A primeira, para os casos onde havia comprovada continuidade histórica entre contextos arqueológicos e etnográficos; a segunda, quando a continuidade não





podia ser demonstrada ou fosse inexistente, apenas para comparar “culturas que manipulem ambientes similares de modos similares”. Ascher (1961) mostrou que não havia consenso na aplicação das duas categorias na interpretação arqueológica, identificando três posições distintas sobre o problema: 1) as analogias etnográficas eram indispensáveis, mas deviam restringir-se à subsistência e tecnologia, baseadas no axioma de que a ação humana era semelhante, independentemente do grupo cultural; 2) a variabilidade do comportamento humano inviabiliza qualquer tipo de interpretação por meio da analogia etnográfica; e 3) a interpretação do registro arqueológico por analogia sempre seria subjetiva.

Oferecendo uma solução a favor do consenso e defendendo a analogia como o principal recurso à interpretação do contexto arqueológico, Ascher (1961) propôs estratégias para colocar a analogia “sobre uma firme estrutura”: 1) selecionar, no infinito conjunto de possibilidades analógicas, a que oferece melhor solução ao problema pesquisado; 2) realizar um inventário sistemático da literatura etnológica, principalmente sobre os processos de produção dos itens materiais; e 3) coletar as informações nos próprios contextos etnográficos, mas tais dados deviam se concentrar nos processos de transformação contínua a que são submetidos os materiais utilizados cotidianamente por uma comunidade (p. ex.: produção, uso, reúso, descarte e decomposição dos elementos).

Nos anos seguintes, vários trabalhos foram produzidos para coletar dados etnográficos que contribuíssem à interpretação arqueológica. Sua principal ênfase residia no estudo dos padrões de subsistência e assentamento, produção e utilização da cultura material e formação do registro arqueológico (p. ex.: NAROLL, 1962; WHITE, 1967; HEIDER, 1967; LEE, 1968; GOULD, 1968). O termo *etnoarqueologia*, que já era conhecido desde o fim do século XIX, ganhou visibilidade e começou a ser empregado sistematicamente, junto com suas novas perspectivas.

Paralelamente, houve o que Wylie (1985) chamou “a nova reação contra a analogia”. Era a crítica à noção de analogia etnográfica pelo enfoque da nova arqueologia, que restringia o seu uso ao universo da formulação de hipóteses e desconsiderava a sua aplicabilidade nas conclusões interpretativas do registro arqueológico. A reação mais eloquente vinha de Binford (1967, 1968), para quem os dados etnográficos não deveriam ser utilizados para estabelecer analogias, mas para formular proposições sobre o passado. Para ele, a analogia etnográfica na interpretação do registro arqueológico baseava-se na compreensão de que o contexto comportamental do passado era semelhante ao contexto



comportamental do presente, o que resultava numa visão simplificada, distorcida e etnocêntrica do registro arqueológico. A analogia entre o presente e o passado só poderia ser realizada em termos inferenciais, quando houvesse uma continuidade histórica comprovada entre as populações comparadas. Para ele, o “entendimento do passado não é simplesmente uma questão de interpretar o registro arqueológico através da analogia com sociedades vivas”, sendo necessário desenvolver métodos que permitam “relacionar os fenômenos arqueologicamente observados às variáveis que, embora observadas de diferentes formas entre as populações vivas, possuem valor explicativo”. (BINFORD, 1968, p. 269).

Apesar da crítica, o uso da analogia etnográfica prosperou nos anos 70 (séc. XX), com o aumento do interesse pela abordagem etnoarqueológica. Vários pesquisadores dedicaram esforços para desenvolver a etnoarqueologia mundo afora: 1) Gould (1971, 1978a) pesquisou aspectos da adaptabilidade de aborígenes australianos, identificando diferentes variáveis que poderiam condicionar as estratégias de exploração dos recursos ambientais, a seletividade de matérias-primas para a confecção do instrumental lítico, o uso do espaço e o padrão de descarte dos materiais em comunidades caçadoras-coletoras; 2) Yellen (1977) investigou o padrão de residência dos Kungs, na África, para entender os processos de formação dos sítios de atividades específicas e das áreas de atividades, discutindo o aspecto visibilidade dos contextos arqueológicos; 3) Binford (1978) estudou estratégias de caça e descarte dos Nunamiuts, no Alaska, para contribuir à compreensão das frequências dos resíduos faunísticos encontrados em diferentes contextos arqueológicos. Além deles, livros sobre vários temas e novas reflexões sobre conceitos e metodologias da etnoarqueologia foram organizados. (DONNAN; CLEWLOW, 1974; GOULD, 1978b; KRAMER, 1979). A etnoarqueologia foi, então, considerada uma estratégia de pesquisa centrada no estudo do comportamento humano e da cultura material de populações contemporâneas, para levantar dados etnográficos úteis como referenciais na interpretação dos vestígios arqueológicos. (OSWALT, 1974; STANISLAWSKI, 1974; GOULD, 1974; SCHIFFER, 1978; KIRCH, 1978; KRAMER, 1979). Ao mesmo tempo, ficou evidente que a relação da etnoarqueologia com a analogia etnográfica era polêmica e sem consenso entre os arqueólogos.

Para Gould (1974, 1977, 1978a, 1978b), a abordagem etnoarqueológica não permitiria o estabelecimento de analogias concretas e diretas, porque os dados etnográficos nem sempre apresentavam



correlatos arqueológicos ou, ainda, que a própria visibilidade arqueológica é, muitas vezes, precária. Assim, defendia a ideia de que interpretações do registro arqueológico só poderiam ser feitas quando embasadas em um conjunto de modelos interpretativos fundados em pesquisas etnoarqueológicas. A ideia de modelo trazia subjacente a percepção de que se utilizaria um conjunto de hipóteses a ser testado com relação aos dados arqueológicos, a partir da abordagem contrastiva (isto é, da identificação das semelhanças e diferenças entre contextos arqueológicos e etnográficos), para analisar particularidades, regularidades e recorrências comportamentais. Dois tipos de modelo poderiam ser formulados com a pesquisa etnoarqueológica: 1) modelos contínuos, nos casos de continuidade histórica entre as populações comparadas; e 2) modelos descontínuos, nos casos em que essa continuidade fosse inexistente ou não comprovada. Nesse segundo, deveriam ser considerados, preferencialmente, grupos que ocupassem os mesmos tipos de ambiente e apresentassem tecnologias semelhantes. Em trabalho posterior, Gould (1980) radicalizou ainda mais suas posições contra o que chamava “argumento pela analogia”, passando a defender o “argumento pela anomalia”, no sentido de que observar as diferenças entre os contextos etnográficos e arqueológicos é tão importante quanto pesquisar as similaridades. Além disso, ele entendia que mesmo o uso de abordagem contrastiva era, em última instância, uma forma de analogia que deveria ser superada em favor da busca e compreensão de princípios gerais do comportamento humano que ele definiu como “expressões transitórias de realidades comportamentais” (GOULD, 1980, p. 112); os aspectos relacionados à adaptabilidade do homem ao meio ambiente seriam aqueles mais facilmente explicáveis em termos de princípios gerais de comportamento.<sup>1</sup>

Wobst (1978) também defendeu o posicionamento crítico em relação ao uso analógico do dado etnográfico, nos casos de interpretações sobre grupos caçadores-coletores. Ele destacou a “tirania” que o dado etnográfico exerce nas interpretações arqueológicas, à medida que pode limitar a compreensão da variabilidade dos comportamentos do passado. Wobst ressaltou a necessidade de questionar, historicamente, o presente etnográfico, ou seja, que não se poderia desconhecer o fato de que as culturas etnográficas são resultantes de transformações sofridas ao longo do tempo. Esse também foi realizado por Trigger (1978), que centrou sua discussão sobre a especificidade do dado arqueológico e, ao mesmo tempo, defendeu que a arqueologia poderia explicar as variabilidades

comportamentais e os processos culturais numa dimensão espacial e temporal de longa extensão, para mais além da observação etnográfica. Ele considerava que, nesse sentido, mesmo que as populações indígenas desapareçam, os arqueólogos podem continuar a interpretar o passado.

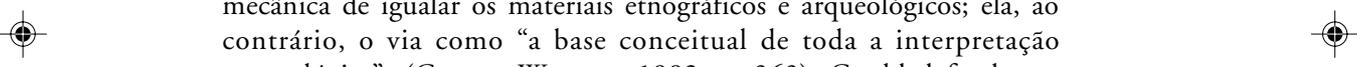
Então, a etnoarqueologia passou a ser entendida como uma abordagem, que poderia ir além de correlacionar comportamentos etnográficos e arqueológicos, sendo empregada como instrumento útil para constatar as possíveis variabilidades e mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo.

Yellen (1977) já havia antecipado preocupações como as de Wobst (1998), demonstrando que nem todos os modos de vida caçador-coletor pré-históricos seriam réplicas dos modos de vida das sociedades caçadoras-coletoras atuais. Defendia que não se podia esquecer que as sociedades atuais estariam vivendo em áreas mais restritas e marginais, resultando em perda significativa da compreensão da variabilidade em termos comparados – situação distinta do passado arqueológico, quando haveria uma extensão territorial muito maior e marcada por diferentes paisagens. E lembrava que as análises interculturais se tornavam muito limitadas, pois certas atividades das comunidades pré-históricas não podiam mais ser observadas (como parte da produção de arte rupestre) e por haver poucas populações caçadoras-coletoras no presente. Para Yellen (1977, p. 3), a interpretação dos padrões no registro arqueológico necessitaria de “alguma impressão ou idéia do que pode constituir uma explicação razoável”, e o recurso à analogia seria a “mais expediente e talvez de inevitável abordagem”, devido ao estado da arte sobre essas sociedades e seus modos de vida.

Yellen (1997) propôs o uso do recurso da analogia com extremo cuidado e sugeriu quatro procedimentos distintos com relação ao dado etnográfico: 1) *general model* – procurar modelos gerais de comportamento humano em termos de comparação intercultural, para perceber as possíveis regularidades que, por sua vez, embasariam hipóteses a serem testadas sobre o registro arqueológico; 2) *buckshot* – aplicação do dado etnográfico para resolver problemas específicos observados no registro arqueológico; 3) *spoiler* – usar o dado etnográfico para testar interpretações prévias sobre o registro arqueológico; e 4) *laboratory* – usar o presente etnográfico como laboratório, quando for possível controlar as condições que geram a formação do registro arqueológico. Nesse caso, a observação do cotidiano é fundamental para o pesquisador, que usaria tais informações para decifrar o registro arqueológico.



Na mesma linha, Watson (1979, p. 277) defende que a analogia é imprescindível na interpretação arqueológica, afirmando que “a base teórica da etnoarqueologia é o uso de analogias derivadas das observações do presente para auxiliar a interpretação dos eventos e processos passados”. Como Yellen, Watson (1979) via que as analogias podiam ser hipóteses a serem testadas e não como um recurso direto de interpretação do registro arqueológico. Watson defendeu esse posicionamento ao debater as ideias de Gould (1980), destacando que ele criticou o uso de analogia, mas que não deixou de usá-la na interpretação acerca do uso de instrumentos e para entender aspectos da adaptabilidade e da subsistência. Para a autora, a crítica de Gould (1980) se centrava em um tipo de uso de analogia a partir do qual o dado etnográfico seria utilizado unilateralmente para interpretar os vestígios arqueológicos, como uma espécie de leitura direta do passado por meio do presente. Em outro trabalho, Watson (1979) salientou que Gould estaria equivocado sobre o emprego de analogia no processo interpretativo, por entender o raciocínio analógico como uma forma mecânica de igualar os materiais etnográficos e arqueológicos; ela, ao contrário, o via como “a base conceitual de toda a interpretação arqueológica”. (GOULD; WATSON, 1982, p. 363). Gould defendeu-se escrevendo que os dados etnográficos obtidos pela pesquisa etnoarqueológica deviam ser analisados pelo princípio do uniformitarismo, pois tal princípio (adotado da geologia) pressupõe que determinados processos do passado, responsáveis pela formação do registro arqueológico, não seriam sobremaneira distintos dos observados no presente etnográfico. (GOULD; WATSON, 1982). Para Gould, comportamentos adaptativos, como: técnicas de procura, transporte, consumo e descarte de alimentos, são encontrados recorrentemente entre diferentes populações, apresentando características muito específicas de resíduos materiais. Tais características produzem “assinaturas”, ou seja, ligações previsíveis e testáveis entre comportamento e resíduos materiais, as quais podem ocorrer no registro arqueológico. Nesse sentido, as atividades do arqueólogo devem ser conduzidas com o objetivo de testar a ocorrência das “assinaturas”. Portanto, Gould sugeriu que as hipóteses interpretativas do registro arqueológico devem ser geradas a partir da constatação desses princípios recorrentes, ou seja, dos “princípios gerais do comportamento humano” e não a partir de analogias etnográficas. Segundo ele, essas analogias incorrem sempre em três erros: 1) são limitadas na medida em que só podem informar sobre tipos de





comportamento ainda existentes e, nesse sentido, incorrem na falácia de afirmar o conseqüente; 2) nenhuma quantidade ou número de semelhanças pode confirmar um caso particular, considerando não existir relação necessária entre determinados comportamentos e resíduos materiais derivados deles; e 3) as similaridades não podem explicar a variabilidade. (GOULD; WATSON, 1982).

Essa perspectiva foi criticada por Wylie (1982, p. 393), pois estaria embasada na noção de “falsa analogia”. Em tese, dois objetos comparados seriam vistos como totalmente similares. Para Wylie, estabelecer uma analogia entre dois objetos é pressupor que eles podem apresentar similaridades em alguns aspectos e serem diferentes em outros. Posteriormente, Wylie (1985) retomou esse debate, e suas críticas aos argumentos de Gould foram semelhantes às aquelas desenvolvidas por Watson (1979) e Gould e Watson (1982). Mais uma vez, ela reafirmou que, embora esse autor tenha criticado o uso da analogia na interpretação arqueológica, muitos de seus argumentos interpretativos não conseguiram escapar de um raciocínio eminentemente analógico. Na parte final do artigo, a autora engendra uma defesa pelo argumento analógico na interpretação arqueológica, procurando refinar a aplicabilidade desse procedimento, lançando mão da noção de analogia relacional desenvolvida por Hodder (1982).

Para Hodder (1982) existe uma diferença interpretativa subjacente entre o uso da analogia formal e o da analogia relacional. Para a analogia formal, se dois objetos apresentam uma similaridade em algumas de suas características, significa que eles são similares em outras. Hodder (1982) considerou esse tipo de raciocínio extremamente falho e fortuito, justificando o fim do uso da analogia etnográfica na interpretação arqueológica. Ele defendeu o emprego da analogia relacional, para procurar identificar um número crescente de similaridades entre os contextos. Além disso, a comparação intercultural também pode ser um recurso para reforçar o emprego da analogia, ou seja, para identificar aspectos recorrentes do comportamento humano e seus conseqüentes padrões de resíduos materiais. Hodder (1982, p. 26) afirmou ser necessário considerar que os contextos investigados não são apenas funcionais, pois apresentam, também, uma dimensão simbólica. Ao adotar o raciocínio analógico, portanto, é preciso aceitar o fato de que “existirão algumas diferenças entre as coisas que estão sendo comparadas”, o que não invalida as comparações. Por fim, Hodder (1982, p. 28) considerou que etnoarqueologia é uma “importante fonte de analogias”.



Kent (1987) prosseguiu com o debate, refinando as diferenças entre a pesquisa etnoarqueológica e o papel da analogia etnográfica na interpretação arqueológica. Ela argumentou que a etnoarqueologia não deve ser considerada como sinônimo de analogia. Além disso, ela explicitou duas perspectivas sobre o uso do dado etnográfico na arqueologia: 1) a “arqueologia antropológica”, definida como uma pesquisa realizada para entender uma população arqueológica da maneira mais completa possível e cujo objetivo é reconstruir uma história cultural, utiliza-se para isso da analogia histórica direta e da analogia geral; e 2) a “etnografia arqueológica”, definida como uma estratégia que procura identificar aspectos do contexto etnográfico, os quais possam servir de analogia para auxiliar na interpretação de aspectos específicos do registro arqueológico.

Para Kent (1987), a abordagem etnoarqueológica tem objetivos distintos das abordagens mencionadas acima, pois seu propósito principal não é reconstruir uma história cultural, tampouco identificar analogias. A etnoarqueologia deve ser desenvolvida para possibilitar ao arqueólogo apreender os processos culturais relacionados com temas/problemas gerais, como, por exemplo, organização tecnológica, uso do espaço e mudança cultural. Segundo Kent (1987, p. 37), o etnoarqueólogo desenvolve sua pesquisa a partir de uma problemática arqueológica e busca, no dado etnográfico, a base “para a formulação e teste de hipóteses, modelos e/ou teorias a respeito do seu interesse e retorna ao registro arqueológico para implementar o conhecimento alcançado a partir do dado etnográfico”. O etnoarqueólogo busca um entendimento mais amplo e comparativo sobre os fenômenos culturais e não informações particularistas do tipo “aquele objeto A e a sala B foram usados do modo C ou D”. (KENT, 1987, p. 42). Assim, Kent definiu a abordagem etnoarqueológica como sendo uma estratégia de pesquisa com o objetivo de identificar princípios gerais ou estruturais do comportamento humano com relação ao mundo material.

Para outros pesquisadores, a etnoarqueologia deve contribuir para a elaboração das chamadas teorias de médio alcance que, na arqueologia, procuram identificar os princípios gerais dos processos de formação do registro arqueológico. Para Binford ([1983]1991), o principal objetivo da arqueologia é explicar a configuração do registro arqueológico, o que só pode ser feito a partir da observação da dinâmica do processo de formação do mesmo, ou seja, por meio de pesquisa arqueologicamente orientada nos contextos etnográficos. Segundo ele, “se tencionamos



investigar a relação entre estática e dinâmica, é necessário que esses dois aspectos sejam observados em simultâneo, e o único lugar onde podemos observar a dinâmica é no mundo moderno, aqui e agora”. (BINFORD, 1991, p. 33).

A meu ver, esse debate de décadas em torno da relação da etnoarqueologia com a analogia etnográfica e com a noção de teoria de médio alcance se resume, *ao fim e ao cabo*, em tentar definir como o dado etnoarqueológico pode ser utilizado na interpretação do registro arqueológico. Nesse sentido, a etnoarqueologia (como um campo investigativo da arqueologia) não deve ser entendida como analogia, mas como uma abordagem que visa a trazer referenciais etnográficos que sirvam de subsídio às interpretações arqueológicas sobre o passado.

#### **Sobre a metodologia da pesquisa etnoarqueológica**

Em termos metodológicos, a pesquisa etnoarqueológica desenvolve-se a partir de um conjunto de estratégias de natureza diversificada, mas complementares entre si. Essas estratégias metodológicas incluem a pesquisa bibliográfica e museográfica, a pesquisa experimental e a pesquisa de campo etnográfica. (STILES, 1977; GOULD, 1977; HARDIN; MILLS, 2000).

Na bibliografia etnológica, o arqueólogo procura resgatar informações a respeito do modo de vida das populações “nativas” sobre, por exemplo, a produção e a significação da sua cultura material, padrão de subsistência e assentamento, uso do espaço, deslocamentos territoriais e contatos com outras populações. Com a pesquisa museográfica, pode-se trabalhar com artefatos coletados nessas populações e adquirir informações sobre o seu uso e fabricação e as possíveis transformações ocorridas ao longo do tempo, em relação à utilização de matérias-primas e processos produtivos. Com a pesquisa experimental, é possível tentar replicar, sob condições controladas, a produção e o uso de determinados artefatos, bem como os diferentes processos de preservação e transformação que podem afetar e condicionar a formação de determinados registros materiais. Com a pesquisa de campo etnográfica, ele pode adquirir informações detalhadas *in loco* sobre todos os aspectos acima mencionados. Esse tipo de estratégia – que é, sem dúvida, a mais importante – é conhecido como “*living archaeology*” e pode ser entendida como o “esforço empreendido por um arqueólogo ou etnógrafo para realizar um trabalho de campo em sociedades vivas, dando especial atenção à padronização arqueológica do comportamento naquelas



sociedades”. (GOULD, 1977, p. 360). Em outras palavras, ela pode ser entendida como uma observação participante arqueologicamente orientada e, nesse sentido, trata-se de “um tipo peculiar de etnografia” (GOULD, 1978a, p. 4), que deve contemplar uma série de passos e elementos usualmente distantes das áreas de interesse dos etnógrafos, produzindo uma especificidade de dados que são de interesse fundamental para a pesquisa arqueológica, relativos aos processos de “formação do resíduo humano”. (GOULD, 1978b, p. 815).

Durante a pesquisa de campo, o etnoarqueólogo tem uma preocupação com o detalhamento das cadeias operatórias de produção dos itens materiais, descrevendo os processos tecnológicos desde a obtenção das matérias-primas até a confecção do produto final, seu uso, armazenagem e descarte, sempre atento aos vestígios materiais resultantes de todos esses processos. Paralelamente, se interessa em observar o modo como as pessoas usam o espaço, tanto para desenvolver essas atividades de produção quanto para realizar suas atividades cotidianas de subsistência, nesse caso, o universo de observação se estende para além dos assentamentos de moradia, a fim de se obter uma percepção do uso do território de ocupação dos grupos.

Nesse sentido, a “*living archaeology*” é fundamental para que o arqueólogo possa entender os processos deposicionais culturais (p. ex.: manufatura, utilização, reutilização, armazenagem e descarte da cultura material), que resultam em determinada configuração do registro material. Além disso, contribui para o entendimento dos processos pós-deposicionais culturais e naturais (p. ex., processo de sedimentação e reocupação do local por outra população), que alteram a configuração inicial do mesmo. (SCHIFFER, [1972] 1995, 1987). A abordagem da “*living archaeology*” permite ao arqueólogo vivenciar e contextualizar esses processos na totalidade do sistema cultural e, assim, apreender os significados mais amplos dessas práticas.

Sendo um tipo peculiar de observação participante, essa estratégia não poderia deixar de empregar alguns dos princípios da prática de campo antropológica, como, por exemplo, trabalhar com informantes e contrapor suas informações, se esforçar para aprender a língua *nativa*, imergir no cotidiano do grupo e procurar registrar com detalhamento todas as experiências vividas.

Para Schiffer (1978, p. 235-237), no entanto, técnicas de campo desenvolvidas pelos próprios arqueólogos podem “ser mais bem adaptadas para uma eficiente realização dos objetivos arqueológicos”. Ele cita, por



exemplo, a técnica de percorrer trajetos predeterminados em torno de áreas de moradia, em diferentes horas do dia, durante vários dias da semana, a fim de descrever as atividades cotidianas que podem ocorrer nesses períodos, bem como a distribuição dos registros materiais resultantes das mesmas. A partir disso, o etnoarqueólogo pode ter uma compreensão detalhada do uso do espaço no que se refere aos aspectos relacionados à multifuncionalidade das áreas de atividades. Outra técnica é a marcação de potes cerâmicos para que o arqueólogo possa controlar o tempo de vida útil dos mesmos sem depender exclusivamente das informações, muitas vezes, imprecisas das ceramistas – os dados referentes à vida útil dos artefatos cerâmicos são fundamentais para os modelos explicativos sobre frequência de vasilhas num assentamento.



Segundo Gould (1990), a pesquisa etnoarqueológica precisa ser desenvolvida a partir tanto de uma abordagem ética quanto êmica para apreender os fenômenos estudados. Quando ele se utiliza da expressão “abordagem ética”, está se referindo ao fato de que o etnoarqueólogo precisa resgatar dados materiais quantitativos, relativos aos comportamentos humanos, independentemente do contexto estudado (p. ex., registrar a quantidade e a configuração espacial da deposição de material resultante de diferentes atividades). Por outro lado, ele necessita apreender os mecanismos e significados culturais que são subjacentes a esses comportamentos, e isso só pode ser alcançado se ele adotar uma abordagem antropológica de pesquisa de campo que lhe possibilite reconhecer as categorias êmicas definidoras dos mesmos. A partir disso, ele adquire “a habilidade para controlar essas categorias da experiência e outros fatores culturais que podem afetar o potencial de interpretação do registro arqueológico”. (GOULD, 1990, p. 66). O que ele procura destacar é que o etnoarqueólogo precisa estar atento às diferentes dimensões que um determinado comportamento pode representar, ou seja, que ele pode ser motivado tanto por questões de ordem prática e contingentes, como por questões de ordem simbólica contextualmente construídas.

Apesar das diferentes abordagens teóricas e das estratégias metodológicas adotadas e desenvolvidas, a etnoarqueologia está consolidada como um campo da pesquisa arqueológica fundamental para o estudo da cultura material das populações humanas e a interpretação dos contextos arqueológicos.

## Conclusão

David (1992, p. 330) salientou que “a etnoarqueologia é caracterizada por uma diversidade de produtos que, muitas vezes, parecem ter pouco em comum”. Isso ocorre porque a pesquisa etnoarqueológica possibilita ressaltar a diversidade teórico-metodológica existente na disciplina arqueológica, que foi desenvolvida com uma diversificação de temas, objetos de pesquisa e referenciais teóricos. Entre as décadas de 60 e 80 (séc. XX), a maioria dos trabalhos etnoarqueológicos foi conduzida sob o viés processualista, com o objetivo de apreender os princípios gerais do comportamento humano e buscar estabelecer generalizações interculturais da relação homem/mundo material. Esses etnoarqueólogos centraram-se no estudo dos sistemas de assentamento, subsistência, produção e utilização da cultura material e da formação do registro arqueológico, por entender que esses aspectos poderiam trazer maior previsibilidade na associação entre comportamento humano e registro material. (DAVID, 1992).

A partir da crítica pós-processualista, novos temas e problemas foram incorporados à pesquisa etnoarqueológica, e o objetivo passou a ser o estudo e a compreensão dos aspectos simbólicos da relação do homem com o mundo material. Os estudos de cultura material passaram a enfatizar, por exemplo, a sua relação com as estratégias de poder, a cosmologia e a vida ritual. (STARK, 1993). Na perspectiva pós-processual, a busca pela generalização e por princípios gerais do comportamento humano foi transposta na tentativa de apreender a sua diversidade. O objetivo de utilizar dados etnoarqueológicos para elaborar analogias ou teorizações de médio alcance foi substituído pela tentativa de obter uma compreensão contextual e específica dos fenômenos.

Dessa forma, enquanto a etnoarqueologia processual procura identificar regularidades interculturais, a etnoarqueologia pós-processual procura entender os princípios estruturais subjacentes à relação homem *versus* mundo material, específicos em cada contexto (p. ex.: DAVID; STERNER; GAVUA, 1988; KUS, 1997; LYONS, 1998).

Para David (1992) e Stark (1993), essas diferentes abordagens não são totalmente irreconciliáveis à medida que ambas têm como objetivo final a construção de uma base de dados empíricos a ser utilizada nas interpretações arqueológicas. Além disso, segundo eles, a pesquisa precisa ser conduzida levando-se em consideração o particular e o geral na abordagem dos fenômenos culturais. Assim, quando o etnoarqueólogo



realiza uma etnografia com olhar arqueológico em um contexto etnográfico específico, gera uma infinidade de descrições particularizadas sobre o comportamento humano. Por outro lado, o esforço da pesquisa é, também, descrever as mais amplas implicações dos seus resultados e, assim, o trabalho comparativo com relação aos dados é fundamental para que haja uma contribuição efetiva em termos de interpretação arqueológica. Finalmente, é preciso destacar que não podemos entender o comportamento e a realidade material, desconsiderando a relação dialética entre prática e simbolismo da ação humana no mundo material. Portanto, mais do que formular generalizações que possam ser utilizadas para interpretar os registros arqueológicos, a etnoarqueologia pode propiciar um aprofundamento no entendimento dessa relação expressa na cultura material.



Atualmente, essa tem sido uma vertente da pesquisa etnoarqueológica, ou seja, alguns pesquisadores transformaram a etnoarqueologia em uma “arqueologia do presente”. O objetivo da observação é entender a relação dos homens com o mundo material no tempo presente e contribuir para o debate antropológico sobre a relação dos homens com os objetos e a materialidade. A etnoarqueologia deixa de ser uma abordagem arqueológica voltada, exclusivamente, à compreensão das populações no passado, para a se transformar em uma possibilidade de entender as populações do presente em termos de suas relações com a natureza e a sobrenatureza. (RUIBAL, 2009).





## Notas

---

\* Este texto resultou de pesquisas financiadas pelo CNPq e pela Fapesp, nos últimos 15 anos. A revisão e comentários foram de Francisco Silva Noelli.

<sup>1</sup> Gould estudou a relação dos aborígenes australianos com o ambiente em relação às estratégias de subsistência e de produção de instrumental lítico. Sua pesquisa permitiu enumerar alguns princípios gerais de comportamento (p. ex., que um local de habitação pode ser reocupado

várias vezes por ano, quando diferentes produtos são explorados na mesma área; ou, ao contrário, que o mesmo local pode não ser reocupado por anos quando não chover perto dos poços naquele período), e elaborar modelos para compreender a configuração dos registros arqueológicos regionais. Assim, concluiu que, apesar de poucas mudanças, o padrão adaptativo do contexto arqueológico era semelhante ao observado etnograficamente.



## Referências

---

- ASCHER, R. Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 17, p. 317-325, 1961.
- BINFORD, L. R. *Em busca do passado*. [s. l]: Europa-América, 1991.
- BINFORD, L. R. Methodological considerations of the archaeological use of ethnographic data. In: LEE, R. B.; DEVORE, I. (Eds.). *Man the Hunter*. New York: Aldine, 1968. p. 268-273.
- BINFORD, L. R. *Nunamiut ethnoarchaeology*. New York: Academic Press, 1978.
- BINFORD, L. R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, v. 32, n. 1, p. 1-12, 1967.
- CHARLTON, T. H. Archaeology, ethnohistory and ethnology interpretative interfaces. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Advances in archaeology method and theory*. New York: Academic Press, 1981. p. 129-173. v. 4.
- DAVID, N. Integrating ethnoarchaeology: a subtle realist perspective. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 11, p. 330-359, 1992.
- DAVID, N.; STERNER, J.; GAVUA, K. Why pots are decorated? *Current Anthropology*, v. 29, n. 3, p. 365-389, 1988.
- DONNAN, C. B.; CLEWLOW, C. M. (Eds.). *Ethnoarchaeology*. Los Angeles: Institute of Archaeology; University of California, 1974.
- GOULD, R. A.; WATSON, P. J. A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, p. 355-381, 1982.
- GOULD, R. A. Beyond analogy in ethnoarchaeology. In: GOULD, R. E. (Ed.). *Explorations in ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978a. p. 239-243.
- GOULD, R. A. From Tasmania to Tucson: new directions in ethnoarchaeology. In: GOULD, R. E. (Ed.). *Explorations in ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978b. p. 1-10.
- GOULD, R. A. *Living archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- GOULD, R. A. Living archaeology: the Ngatatjara of Western Australia. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 24, p. 101-122, 1968.
- GOULD, R. A. *Recovering the past*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990.
- GOULD, R. A. Some current problems in ethnoarchaeology. In: DONNAN, C. B.; CLEWLOW, C. M. (Eds.). *Ethnoarchaeology*. Los Angeles: Institute of Archaeology; University of California, 1974. p. 29-48.
- GOULD, R. A. Some current problems in ethnoarchaeology. In: INGERSOLL, D.; YELLEN, J. E.; MACDONALD, W. (Eds.). *Experimental archaeology*. New

York: Columbia University Press, 1977. p. 358-377.

GOULD, R. A. The anthropology of human residues. *American Anthropologist*, v. 86, p. 815-835, 1978a.

GOULD, R. A. The archaeologist as ethnographer: a case study from the western desert of Australia. *World Archaeology*, v. 3, p. 143-177, 1971.

HARDIN, M. A.; MILLS, B. The social and historical context of short-term stylistic replacement: a Zuni case study. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 139-163, 2000.

HEGMON, M. Advances in ceramic ethnoarchaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 7, n. 3, p. 129-137, 2000.

HEIDER, K. G. Archaeological assumptions and ethnographical facts: a cautionary tale from New Guinea. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 23, p. 52-64, 1967.

HODDER, I. *The present past*. New York: Pica Press, 1982.

JONES, S. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

KENT, S. Understanding the use of space: an ethnoarchaeological approach. In: KENT, S. (Ed.). *Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 1987. p. 1-60.

KIRCH, P.V. Ethnoarchaeology and the study of agricultural adaptation in the

humid tropics. In: GOULD, R. E. (Ed.). *Explorations in ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978b. p. 103-125.

KRAMER, C. Introduction. In: KRAMER, Carol (Ed.). *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 1-20.

KUS, S. Archaeologist as anthropologist: Much ado about something after all. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3-4, p. 199-213, 1997.

LEE, R. B. What hunters do for a living, or, how to make out on scarce resources. In: LEE, R. B.; DEVORE, I. *Man The Hunter*. New York: Aldine, 1968. p. 38-40.

LYONS, D. Witchcraft, gender, power and intimate relations in mura compounds in Déla, Northern Cameroon. *World Archaeology*, v. 29, n. 3, p. 344-362, 1998.

NAROLL, R. S. Floor area and settlement population. *American Antiquity*, v. 27, n. 4, p. 587-89, 1962.

OSWALT, W. H. Ethnoarchaeology. In: DONNAN, C. B.; CLEWLOW, C. M. (Eds.). *Ethnoarchaeology*. Los Angeles: Institute of Archaeology/University of California, 1974. p. 3-14.

ROUX, V. Ethnoarchaeology: a non historical science of reference necessary for interpreting the past. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 14, n. 2, p. 153-178, 2007.

RUIBAL, A. De la etnoarqueología a la Arqueología del presente. In: SALAZAR.

- J.; DOMINGO, I; ASKARRÁGA, J; BONET, H. (Coord.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museo de Prehistoria, 2009. p. 16-27.
- SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. In: SCHIFFER, M. B. *Behavioral archaeology: first principles*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1995. p. 25-34.
- SCHIFFER, M. B. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SCHIFFER, M. B. Methodological issues in eEthnoarchaeology. In: GOULD, R. E. (Ed.). *Explorations in ethnoarchaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978. p. 229-247.
- STANISLAWSKI, M. B. The relationships of ethnoarchaeology, traditional, and systems Archaeology. In: DONNAN, C. B.; CLEWLOW, C. M. (Eds.). *Ethnoarchaeology*. Los Angeles: Institute of Archaeology/University of California, 1974. p. 15-25.
- STARK, M. Re-fitting the “cracked and broked façade”: the case for empiricism in post-processual ethnoarchaeology. In: YOFEE, N.; SHERRAT, A. (Eds.). *Archaeological theory: who sets the agenda?* Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 93-100.
- STILES, D. Ethnoarchaeology: a discussion of methods and applications. *Man*, n. s., v. 12, p. 87-103. 1977.
- THOMPSON, R. H. The archaeological purpose of ethnoarchaeology. In: LONGACRE, W. A. (Ed.). *Ceramic ethnoarchaeology*. Tucson: University of Arizona Press, 1991. p. 231-246.
- TRIGGER, B. Ethnoarchaeology: some cautionary considerations. In: CONKLIN, H. (Ed.). *Ethnology by archaeologist*. Washington D.C.: American Ethnological Society, 1978. p. 19-41.
- TRIGGER, B. *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Crítica. 1992.
- WATSON, P. J. The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In: KRAMER, Carol (Ed.). *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. New York: Columbia University Press, 1979. p. 277-287.
- WHITE, J. P. Ethno-archaeology in New Guinea: two examples. *Mankind*, v. 6, p. 409-14, 1967.
- WOBST, H. M. The archaeo-ethnology of Hunter-Gatherers or the tyranny of the ethnographic record in archaeology. *American Antiquity*, v. 43, n. 2, p. 303-309, 1978.
- WYLIE, A. An analogy by any other name is just as analogical: a commentary on the Gould-Watson dialogue. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1982. v. 1, p. 382-401.
- WYLIE, A. The reaction against analogy. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Advances in method and theory*. New York: Academic Press, 1985. p. 63-111.
- YELLEN, J. *Archaeological approaches to the present: models for reconstructing the past*. New York: Academic Press, 1977.